

‘Afinal, Você Também Trabalha?’ Reflexões Sobre o *Não Trabalho* no Ambiente da Pós-Graduação em Administração

Autoria: Josiel Lopes Valadares, Alex dos Santos Macedo, Valderi de Castro Alcântara,
Flávia Luciana Naves Mafra

Resumo

Neste ensaio refletimos sobre a centralidade e as problemáticas do trabalho (*não trabalho*) no ambiente de pós-graduação em Administração por meio das categorias teóricas subjetividade coletiva, memória social e criatividade social. O *locus* de análise é o contexto da pós-graduação *stricto sensu* em Administração. Este ensaio foi impulsionado pelas discussões sobre o produtivismo acadêmico e seus impactos na *vida humana associada* dos pós-graduandos - que observamos e vivenciamos. Destacamos as relações construídas mediante subjetividades e memórias sociais, bem como, as esperanças de fuga da proletarização acadêmica advindas da criatividade social e da reflexividade diante das demandas e exigências da pós-graduação.

1 Introdução

Considerando o senso comum expresso por familiares, amigos e até mesmo colegas que questionam quando revelamos nosso engajamento na pós-graduação, podemos observar que, para eles, o trabalho do pesquisador (e aqui referimos ao estudante de pós-graduação *stricto sensu*) na verdade é um *não trabalho*, ou seja, a prática de pesquisa acadêmica não é considerada um *trabalho*. Quem (pesquisadores/pós-graduandos) nunca ouviu a tão popular pergunta: 'afinal, você também trabalha?' ou ainda 'você só estuda, não trabalha?'. Este posicionamento em relação ao pós-graduando tem sido coletivamente aceito, consolidando a perspectiva de que a prática de estudo e pesquisa não se encaixa naquilo que naturalmente se denomina de trabalho. Vemos, nesse sentido, que grande parte ingressa na pós-graduação sem ter conhecimento das rotinas e exigências dos programas.

Apesar disso, quando iniciamos o curso de pós-graduação em Administração nos deparamos com uma realidade que se contrapõe a essa visão, pois, apesar de ser tratado, no senso comum, como lugar de *não trabalho*, é um ambiente marcado pelas exigências de metas, produtividade e inovação que envolvem produção de artigos científicos, realização de projetos, organização de eventos, gestão de grupos, docência e outras atividades.

É importante destacar que esse ambiente, tem se aproximado, de um ambiente competitivo e dinâmico do mercado de trabalho empresarial (ALCADIPANI, 2011a; 2011b). Outrossim, Antunes (1999; 2003; 2010) apresenta as exigências ao trabalhador moderno, destacando que ele deve ser polivalente, multifuncional, qualificado e com alta produtividade. Essas são características exigidas em nosso contexto de análise, no dia a dia da pós-graduação *stricto sensu* em Administração. Consequentemente, vemos que a lógica de mercado (RAMOS, 1981) também é um crivo para as atividades acadêmicas - o produtivismo supera a reflexividade no trabalho dos pós-graduandos em Administração. Lembramos ainda, que na década de 1980, Guerreiro Ramos já alertava sobre as escolas, universidades e demais centros de ensino que encorajavam uma visão pré-reflexiva transformando os alunos em "não doutos especialistas, mas apenas escriturários acadêmicos" (RAMOS, 1981, p. 114).

Por conseguinte, na área da Administração, o acúmulo de pesquisas que, muitas vezes, remetem pouca importância e originalidade, é recorrente, como avaliaram Faria e Meneghetti (2010), Trein e Rodrigues (2011), Alcadipani (2011a; 2011b), Machado e Bianchetti (2011), Godoi e Xavier (2012), Vizeu, Graeml e Macadar (2012) e Patrus, Dantas e Shigaki (2013). Tais estudos indicam que o evidente crescimento quantitativo (marcante do fenômeno denominado produtivismo acadêmico) da produção acadêmica brasileira em Administração não reflete em qualidade, rigor, relevância e originalidade. Além disso, o produtivismo acadêmico impacta toda a *vida humana associada* (usando expressão do próprio Guerreiro Ramos) dos pós-graduandos.

Observamos desta maneira, que apesar de ser considerado um local de *não trabalho*, a pós-graduação em administração (nossos debates se restringem a essa) se configura como um espaço de trabalho com exigências cada vez mais pautadas em relação à produtividade; cujos critérios se aproximam do 'mercado de trabalho' mesclando características do modelo fordista e pós-fordista de produção capitalista.

Concomitantemente, para essa análise procuramos destacar uma visão não dicotômica entre ação e estrutura e para isso buscamos as discussões presentes nas obras de Domingues (1996; 1999a; 1999b; 2003; 2006) e suas categorias teóricas: subjetividade coletiva, memória social e criatividade social. Segundo o autor "a história das ciências sociais em geral e a da Sociologia em particular têm-se caracterizado por uma forte polarização entre os conceitos de indivíduo e sociedade - ou, mais contemporaneamente, sistema ou estrutura" (DOMINGUES, 1996, p. 175). Adiante, esses conflitos ontológicos entre ação e estrutura acompanharam também os estudos organizacionais de forma marcante e as tentativas de superação ainda caem em determinados reducionismos (REED, 1999).

Nesse sentido, ao discutir o ambiente de *não trabalho* (expressão do senso comum) na pós-graduação pretendemos não polarizar a estrutura (de forma reduzida delimitada como as regras, normas e imposições dos programas de pós-graduação) ou os indivíduos (os pós-graduandos em Administração), mas, abordar as suas relações sem polarizar os imperativos estruturais dos programas de pós-graduação ou os pós-graduandos isoladamente.

Consequentemente, nossa abordagem admite a influência da estrutura sobre os indivíduos, mas, acreditamos que estes através da reflexividade podem buscar reafirmar um posicionamento anterior ou manifestar uma perspectiva mais crítica frente ao processo de trabalho, que, por sua vez, não pode ser separado de outras dimensões da vida. Ressaltamos, portanto, a capacidade do ser humano de resignificar suas relações no mundo social e natural e construir e reconstruir “[...] as identidades individuais e coletivas nos processos interativos” (DOMINGUES, 1999a, p. 9). E o trabalho, é um desses processos fundamentais para a construção das identidades e, enfim, da existência humana (MARX, 1996; FARIA e SCHMITT, 2007; ANTUNES, 2009; CARDOSO, 2011). Logo, as relações de trabalho na pós-graduação são inseridas em ações e relações objetivas e subjetivas, isto é, um plano social e simbólico formado por subjetividades e por objetos concretos.

Assim, diante da problemática construída temos por objetivo, neste ensaio, refletir sobre a centralidade e as problemáticas do trabalho (*não trabalho*) no ambiente de pós-graduação em Administração por meio das categorias teóricas de subjetividade coletiva, memória social e criatividade social. Com isso pretendemos que este trabalho levante novas questões sobre os desafios da formação do professor e especificamente do pesquisador dentro dos cursos *stricto sensu* em Administração e apresente antigas e novas críticas ao produtivismo acadêmico e seus impactos na *vida humana associada* dos pós-graduandos.

Como *locus* de análise escolhemos o *lugar do qual falamos*: pós-graduação *stricto sensu* em Administração em uma Instituição Federal de Ensino Superior no Brasil. Esclarecemos que nossa equipe é formada por mestrandos, doutorandos, docentes e pesquisadores com histórias de vidas distintas, memórias, lembranças, tal como condições sociais e econômicas diversas. A partir do contato com outros colegas e também na nossa própria rede de amigos pesquisadores estabelecemos diálogos sobre a prática de pesquisa neste ambiente. Assim, resolvemos construir este trabalho para fins reflexivos e para compartilhar tais inquietações com outros pós-graduandos e pesquisadores que possivelmente estejam vivenciando o mesmo processo. Finalmente, é importante frisar que nossa análise não é sobre o trabalho docente (como professor), e sim, do *trabalho* dos pós-graduandos.

Nesse sentido, o presente ensaio utiliza da noção de ensaio teórico apresentada no debate entre Meneghetti (2011a; 2011b) e Bertero (2011) utilizando de ponderações de ambos, isto é, houve um planejamento inicial e, no entanto, o processo levou a caminhos não pensados anteriormente, onde novas vozes surgiram e foram colocadas para dialogar. Nesse caminho, a liberdade concedida pela tentativa de refletir sobre a nossa realidade foi fundamental e de tal forma, rompeu-se, pelo menos parcialmente, com a linearidade da construção científica normal. É claro que falar sobre um contexto no qual se é também sujeito, coloca obstáculos subjetivos e concretos que envolvem os processos de socialização e relações de poder que certamente estão também presentes no desenho desse ensaio.

Além dessa introdução, o artigo está construído em mais quatro partes. Na parte dois abordamos a realidade do trabalho na pós-graduação em Administração. Na seguinte buscamos avançar através das categorias teóricas subjetividade coletiva, memória social e criatividade social debatidas em conversas com o prazer e o sofrimento no trabalho acadêmico altamente produtivista. Por fim, nas considerações finais apresentamos as reflexões sobre o processo de construção deste estudo.

2 O trabalho e não *trabalho* na pós-graduação em Administração

As mudanças na organização do trabalho não foram suficientes para eliminar a exploração e deteriorização das relações de trabalho. Braverman (2011) evidencia que com a revolução técnico-científica o trabalhador passou a praticar mais trabalho excedente que consubstanciou no processo de mais-valia. Nesse sentido, a consolidação do modelo capitalista alavancou a busca pelo trabalho assalariado, e pelo viés da lógica do capital, muitos trabalhadores entregaram sua força para as grandes indústrias e corporações. O mundo corporativo, desta maneira, estabeleceu a lógica de que é através do trabalho que os indivíduos poderiam alcançar mais fama, *status*, poder e conseqüentemente um lugar na sociedade (AKTOUF, 2004; ANTUNES, 2009; BRAVERMAN, 2011).

Em termos históricos é possível observar que a revolução industrial contribuiu de forma substancial para que o trabalho tornasse central na vida humana. A mecanização e a produção em larga escala mudou completamente o trabalho humano, trazendo para a vida organizacional e inclusive para a vida das pessoas a necessidade de maior carga horária de trabalho (AKTOUF, 2004; BRAVERMAN, 2011). Ressaltamos que essa revolução, inclusive, foi uma das molas mestras para a consolidação do modo de produção capitalista. Marx (1996) já salientava esse processo de acumulação do capital ao discutir a separação do agente do processo de trabalho e a posse dos meios de produção: “tal separação constitui condição prévia indispensável ao surgimento do modo de produção capitalista e lhe marca o caráter de organização social historicamente transitória” (MARX, 1996, p. 17).

Conseqüentemente, o modelo dominante de acumulação de capital e suas alternativas de respostas como o neoliberalismo e a reestruturação produtiva vêm dando sinais de crise ao apresentar dentre outras mazelas o desemprego estrutural, elevado contingente de trabalho em condições precárias, bem como o aumento da degradação ambiental decorrente da relação homem/natureza (ANTUNES, 2009). Para esse autor, “a lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo *destrutivo* que têm gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental do exercício industrial de reserva, do número de desempregados” (ANTUNES, 2009, p. 18). No entendimento Appay e Thébaud-Mony (2009, p. 195) “instala-se um processo permanente de precarização social que reforça continuamente a subjugação de homens e mulheres, ativos e inativos, às necessidades da produtividade e da competitividade das empresas”.

Na teoria organizacional a abordagem clássica, representada pela administração científica de Frederick Taylor, pela abordagem dos processos de Fayol e pela produção em massa de Henry Ford, impulsionou a utilização do trabalho como forma mecanizada fazendo do trabalhador uma mera extensão da máquina e de todo o processo de produção capitalista (BRAVERMAN, 2011). Mais adiante, em uma abordagem pautada na psicologia Dejours (2004) alerta sobre os impactos desse processo na vida humana.

As conseqüências desses princípios da organização do trabalho são, de um lado, o crescimento extraordinário da produtividade e da riqueza, mas, de outro, a erosão do lugar acordado à subjetividade e à vida no trabalho. Disto resulta um agravamento das patologias mentais decorrentes do trabalho em crescimento em todo o mundo ocidental, o surgimento de novas patologias, em particular os suicídios nos próprios locais de trabalho – o que não acontecia jamais antes da virada neoliberal – e o desenvolvimento da violência no trabalho, a agravação das patologias da sobrecarga, a explosão de patologias do assédio (DEJOURS, 2004, p. 34).

Não obstante, observamos as pessoas em busca de emancipação através do trabalho. Por isso, Antunes (2009, p. 12) apresenta que o processo de trabalho assume uma lógica contraditória, pois, ao mesmo tempo em que “[...] emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza [...]” o trabalhador. Logo, existe neste também um potencial emancipatório. Para que isso seja possível é importante que o indivíduo não se torne prisioneiro das

estruturas organizacionais e que seja capaz de refletir sobre suas práticas, caso contrário, o trabalho se distancia da sua possibilidade emancipatória. Assim, partimos do pressuposto de que o trabalho realmente tem sido um elemento central na vida das pessoas, inclusive nas nossas, e que muitas vezes a falta de reflexividade em relação à esse contribui para que o indivíduo se torne um refém do *próprio trabalho* (enquanto apenas comportamento mecanomórfico). Acreditamos também, que o trabalho regrado pela lógica de mercadoria se perpetua em distintos espaços, inclusive, aqueles considerados locais de *não trabalho*, como o ambiente da pós-graduação.

Conquanto a lógica do trabalho capitalista tornou-se tão central para o cotidiano que diversos ambientes de *não trabalho* têm sido dominados pela lógica fetichista e mecanicista de produção. Um desses ambientes, conforme apresentamos no início deste trabalho é a pós-graduação em Administração que problematizamos através da expressão ‘Final, você também trabalha?’ ou ainda ‘Você só estuda, não trabalha?’. Contudo, esse ambiente permeado pela lógica de trabalho capitalista produto do enclave do mercado e das novas diretrizes da educação proporcionou o fenômeno do produtivismo acadêmico (ALCADIPANI, 2011a; 2011b; MACHADO e BIANCHETTI, 2011; GODOI e XAVIER, 2012; MAGRO, SECCHI e LAUS, 2013).

Primeiramente, é importante destacar que este *não trabalho* acadêmico se aproxima por um lado da categoria trabalho imaterial e por outro de um proletariado acadêmico nos moldes de produção taylorista-fordista (principalmente).

Na primeira direção, este *não trabalho* possui características de imaterialidade, isto é, se aproxima de um “o conjunto de atividades corporais, intelectuais, criativas, afetivas e comunicativas inerentes ao trabalhador” (GRISCI, 2008, p. 4). Nessa direção, Antunes (1999) fala de um trabalho multifuncional e qualificado tal como deve ser o do pesquisador, professor, discente e outros encaixes que o pós-graduando assume durante o processo. Assim, o trabalho acadêmico exige alto envolvimento pessoal e dedicação em um tempo muito superior a clássica jornada de trabalho. Dispensa entre outras coisas feriados e folgas. Em paralelo com o trabalho bancário discutido por Weber e Grisci (2011) ele exige autocontrole, engajamento subjetivo, disponibilidade total, alta performance e produtividade, itens exigidos pela lógica de mercado. E ainda, consoante leitura de Faria e Meneghetti (2007), esses processos levam ao sequestro da subjetividade dos indivíduos envolvidos.

Na direção do proletariado acadêmico destacamos a produção acadêmica em série, padronizada, sem variações teóricas ou metodológicas cujo fim, imediato é atender as demandas das instituições de financiamento. Assim, conforme Alcadipani (2011a, p. 347) "trata-se da imposição da lógica do tempo empresarial taylorista-fordista em algo que é essencialmente artesanal" (ALCADIPANI, 2011a, p. 346). Dentro de uma lógica instrumentalizada o produtivismo se transforma em fim das pesquisas acadêmicas.

No Brasil, a produção acadêmica se transformou em sinônimo de fazer pontos [...] Não é incomum pesquisadores produzirem cinco ou seis artigos em um mesmo ano [...]. Não é incomum vermos alunos serem coagidos a colocar o nome de orientadores em artigos e trabalhos que jamais foram lidos pelo orientador. Na lógica da academia produtivista, o tempo para reflexão é deixado de lado, a formação de alunos é escamoteada e o desenvolvimento intelectual significa apenas números em uma tabela (ALCADIPANI, 2011a, p. 347).

Finalmente, mesmo com a constatação das proximidades com um trabalho imaterial e por outro lado proletário, usamos aqui a denominação de *não trabalho* pela colocação do dia a dia e em falas que os autores já ouviram que pesquisar, estudar, cursar um mestrado ou doutorado não é um trabalho (logo, o nosso uso da denominação *não trabalho*).

Em virtude do que foi mencionado, nossa constatação inicial é que este ambiente está sendo permeado por uma lógica que se aproxima do conhecido ambiente de trabalho (do

mercado ou de outras organizações). E assim, o *local de onde falamos*, tem sido dominado por esta lógica e os imperativos do chamado 'mundo do trabalho' (que comumente exclui o nosso). E nesse ínterim, a nossa tese é de que isso se reflete no produtivismo acadêmico.

Para Trein e Rodrigues (2011, p. 780), o produtivismo “é o resultado lógico-necessário da subsunção do valor de uso do conhecimento ao seu suposto valor de troca. O produtivismo é fantasma-fetice que assombra/seduz, com promessas e ameaças, a Academia”. A tese dos autores é que o conhecimento desenvolvido na academia está perdendo seu valor de uso em detrimento do valor de troca, seguindo a mesma lógica que rege o sistema capitalista. Logo,

[...] em nossa sociedade, as coisas, as pessoas, e o próprio conhecimento científico sofre um empuxo à mercantilização, ou seja, a subsunção de seu valor de uso ao valor de troca. O conhecimento científico, nessa perspectiva, só tem valor se tem valor de troca, se é conversível em outra mercadoria, se pode ser mercantilizado [...] (TREIN e RODRIGUES, 2011, p. 776).

O produtivismo ou a produção em grandes escalas de trabalhos científicos em administração tem crescido ano após ano na pós-graduação impulsionado ora pelas exigências governamentais e pelos órgãos de fomento à pesquisa ora via a busca por delimitações de territórios e conquistas pessoais. Vemos este fenômeno presente tanto em nível de mestrado, doutorado e também na prática de docentes. Em outras palavras, é possível perceber que a necessidade de produção de artigos influencia toda a academia e o retrato disso é a produção de *commodities* acadêmicas (GODOI e XAVIER, 2012).

No entender de Alcadipani (2011a, p. 1175) “as regras de mensuração da produção acadêmica foram inseridas no nosso mundo como uma 'vacina' contra a total falta de 'controle' e de 'avaliação de desempenho' da carreira acadêmica tradicional”. Para Trein e Rodrigues (2011, p. 789-790) medimos para “esconder o fato de que, na sociedade capitalista, não há lugar, poder, dinheiro, enfim, mercadorias para todos”, ademais, como não há lugar ao sol para todos, como prega o sistema capitalista, “mede-se para simultaneamente justificar e manter alguns poucos gozando a mercadoria (e, em particular, o conhecimento-mercadoria)”.

Neste mesma direção, Faria e Meneghetti, (2010, p. 41), revelam que:

A consolidação da indústria do ensino faz das universidades fábricas da mercadoria “conhecimento”. Pesquisas efetivam-se como linhas de produção gerando o produto ensino. Toda a estrutura burocrática da universidade assemelha-se à de uma fábrica ou à de uma indústria. Mesmo nas instituições públicas, veladamente, a figura do aluno é transformada em cliente. O professor passa a ser prestador de serviço.

Neste sentido, Trein e Rodrigues (2011) evidenciam que o produtivismo se configura como um mal estar que assombra a academia. Inspirados em Marx os autores mostram que o produtivismo se configura como um fetice do conhecimento-mercadoria ampliado pelo seu *canto de sereia*. De outra forma, ao se deixar influenciar apenas pelo produtivismo científico, onde a prioridade é a quantidade de publicações, segundo Alcadipani (2011a, p. 1175), “o meio universitário foi invadido pela lógica gerencialista, o que gera muitas distorções, pois, em vez de produzir conhecimento, estamos enlatando sardinha em forma de *papers*”. Os resultados disso, segundo o autor são: “artigos fracos, discussões rasas, falta de inovação conceitual, argumentos pouco rigorosos, artigos metodologicamente pífios”. Nesta mesma linha, Godoi e Xavier (2012, p. 458) apontam que a produção em massa de artigos científicos passa a seguir um “ciclo anômalo que mantém o fenômeno produtivista pela caracterização de sua dimensão mais importante, que deveria ser o principal produto acadêmico entregue à sociedade: o conhecimento científico”.

Segue-se destas discussões que o produtivismo impacta fortemente na vida dos pós-graduandos e é paradoxalmente elemento de prazer e sofrimento. Conquanto, no ambiente de

pós-graduação quem consegue jogar *as regras do jogo* consegue cursar as disciplinas, pesquisar, lecionar e produzir diversos artigos científicos. No entanto, aqueles que não conseguem absorver, acabam por prejudicar-se emocionalmente e até passar por turbulências nos relacionamentos sociais e afetivos. Na verdade, as turbulências acabam por vir para todos, tantos aqueles que absorvem e os que não absorvem, só que em níveis distintos.

Isso é visto no cotidiano da pós-graduação onde observamos e vivemos diversos dramas diariamente, alguns sofrem mais que os outros, todavia, em qualquer conversa informal surge quase sempre frases como: '*poderíamos escrever um artigo com essa ideia*', '*a chamada de trabalho para o evento fecha esses dias*', '*não dormi corrigindo um artigo*', '*precisamos mesmo publicar quantos artigos esse período?*', '*posso perder minha bolsa se não publicar!*', '*não tenho tempo para praticar exercícios físicos*', '*não vejo minha (meu) namorada(o) faz tempo*', '*minha família me liga pra saber se estou vivo(a)*' e '*ontem eu chorei por medo de não conseguir*'. Em geral, a maioria delas revela um ambiente de constante trabalho e busca por cumprir metas, isto é, produção acadêmica. Nesse ínterim, não é possível negar que este artigo também é incentivado por essas práticas, mesmo diante da tentativa de fazer uma (auto)reflexão sobre elas.

Por conseguinte, a partir do momento em que assumimos que a prática da produção de artigos é um fator de diferenciação do indivíduo em relação aos demais colegas na academia passamos a ser colonizados pela lógica do trabalho nos moldes capitalistas em um ambiente, como falamos anteriormente, de *não trabalho*. Passamos a replicar e a propagar a lógica mecanicista de produção de artigos que nos coloca como meros indivíduos prisioneiros de uma gaiola e de uma utopia que nos garantirá as posições almejadas no futuro. Com isso, a produção em massa de artigos tira dos nossos olhos a reflexividade, como bem lembrou Alcadipani (2011a). Neste instante é preciso saber por que, como e para quem estamos produzindo. Há pressão da estrutura, e essa pressão passa a ser internalizado de tal forma que mesmo o pesquisador podendo fazer o mínimo, ele precisa fazer mais e assim criamos padrões paralelos – a diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Temos um discurso sobre ciência e ao mesmo tempo temos uma prática acadêmica produtivista que, em certo sentido, pode ser completamente incoerente com a ciência. Essa crítica remete ao movimento do *Slow Science* (SALO e HEIKKINEN, 2011; PATRUS, DANTAS e SHIGAKI, 2013).

O professor precisa ter a tranquilidade de que quando ele atingir certo nível de desenvolvimento intelectual e senioridade em uma dada área, ele não será descartado por não fazer pontinhos. A academia precisa, urgentemente, rever o caminho que está trilhando, pensar em uma nova maneira de se organizar que leve em consideração as suas peculiaridades e sua finalidade social (ALCADIPANI, 2011a, p. 348).

As discussões levantadas nos apresentam que o produtivismo enquanto produto de um ambiente de *não trabalho* não pode ser compreendido unicamente pela estrutura da pós-graduação, nem mesmo pelos indivíduos e suas práticas. Dessa forma, utilizamos a seguir uma abordagem que busca superar essas dualidades. Assim, na seção seguinte, perpassando por debates sobre sofrimento e prazer dos pós-graduandos buscamos uma abordagem integrada através das categoriais teóricas subjetividade coletiva, memória social e criatividade social. Por fim, voltamos às discussões sobre trabalho acadêmico e apresentamos que a visão do ambiente da pós-graduação como um local de *não trabalho* não é coerente com a realidade atual.

3 Trabalho acadêmico: sofrimento, prazer, subjetividade, memória e criatividade

Instigados pelas nossas percepções acadêmicas e corroborados pelas conclusões do estudo realizado por Méis *et al.* (2003) indicamos que a pressão por comunicar a produção

científica no meio acadêmico está levando a uma exorbitante competitividade entre os pesquisadores. Portanto, neste ensaio, abrimos o debate sobre o trabalhador acadêmico com a pergunta popular: ‘afinal, você também trabalha?’. Como observado, apesar de pessoas que não estão ligadas ao processo de *trabalho* acadêmico considerarem o mesmo como um espaço de *não trabalho* vimos que o ambiente da pós-graduação em administração converge para uma lógica presente no mercado. Na verdade, observamos que a cada vez mais o trabalho acadêmico se aproxima do trabalho proletariado (ALCADIPANI, 2011a).

Para avançarmos nas discussões apresentamos as categorias teóricas subjetividade coletiva, memória social e criatividade social. Para Domingues (1999a, p. 31) “o conceito de memória social tem desempenhado um papel importante nas ciências sociais, a despeito de não haver sido sempre diretamente fraseado como tal”. Neste sentido, “a memória tem freqüentemente sido percebida como uma questão social, coletiva, em contraste com a criatividade, em geral entendida como uma propriedade ou realização individual” (DOMINGUES, 1999a, p. 32).

Na busca por superar as dicotomias clássicas do pensamento sociológico, o autor apresenta a subjetividade coletiva. Esta categoria teórica articula dialeticamente os pólos da ação e estrutura (DOMINGUES, 1999a). Ela "pode incluir diversas formas de agrupamentos sociais, que variam segundo o nível ou grau de centramento" (SILVA, 2001, p. 171). Nesse sentido, nosso agrupamento em foco é o grupo da pós-graduação de uma instituição de ensino superior federal. Mesmo com o tamanho limitado este sistema social é complexo, permeado por regras, normas e demandas do atual sistema de avaliação do ensino superior, bem como, dos próprios pós-graduandos com suas expectativas construídas individualmente e socialmente. Assim, pensar através dessa categoria se torna importante ao ponto que ela considera as interações dos sistemas sociais sem desqualificar o papel dos atores individuais (DOMINGUES, 1999b).

Quanto à relação entre os conceitos de subjetividade coletiva, memória social e criatividade social, o autor afirma que a sua abordagem permite “[...] uma compreensão ampla da dimensão hermenêutica dos sistemas sociais em estreita conexão com o conceito de subjetividade coletiva” (DOMINGUES, 1999b, p. 3). Isso é fundamental, ao ponto que “a dinâmica da constituição do imaginário social, das relações sociais e dos meios que intervêm nas relações da humanidade com a natureza depende das opções (deliberadas ou não) das coletividades sociais (que podem reconhecer-se como tais ou não) e das relações que dialeticamente tecem no curso de sua interação” (DOMINGUES, 1999b, p. 3). Dessa forma,

A memória social é responsável pela estruturação dos sistemas sociais, ou seja, pelo estabelecimento e manutenção de padrões interativos e institucionais, subjazendo também a operações técnicas e científicas. Ela inclui reminiscências, atitudes e sentimentos, regras sociais e normas, padrões cognitivos, o conhecimento científico e tecnológico, assumindo formas ideais e materiais que se encontram concretamente imbricadas e que podem ser separadas apenas analiticamente (DOMINGUES, 1999a, p. 37).

É impreterível notar que para ele a memória é sempre construção "em certa medida individual, ou seja, subjetiva e idiossincrática, a memória é sempre mediada socialmente" (DOMINGUES, 1999a, p. 37). Fazendo a ligação com a criatividade social observa que ela "afeta todas as dimensões das relações entre seres humanos e coletividades. A ação individual e o movimento coletivo devem ser analisados de modo a compreendê-la" (DOMINGUES, 1999b, p. 6). Portanto, a vida social é produto tanto da ação individual quanto do coletivo e assim, ora, não pede exclusividade de nenhum desses. Portanto, não é possível dissociar a memória social nem a criatividade social dos indivíduos das suas relações cotidianas e da vida dos pós-graduandos.

Nessa direção, podemos compreender o trabalho na pós-graduação e sua acepção no senso comum como *não trabalho* mediante o entendimento que é uma construção individual e social, permeado por subjetividades, memórias e criatividade social. No entanto, o campo específico dos atores passa a ser regido por normas externas (estrutura) que são fortemente incorporadas nos valores e comportamentos dos atores quando demandam (e se cobram) por um número elevado de publicações, por exemplo. Nesse sentido, apesar das especificidades se tem um processo de produção similar a uma fábrica.

Consequentemente, os possíveis potenciais emancipatórios de um sistema de proletariado acadêmico residem então na própria dialetização das relações ação-estrutura. Dessa forma, "nesses processos complexos e multifacetados, a memória social é delineada, com os indivíduos compartilhando-a mais ou menos completa e intensamente; é aí também que inovações emergem" (DOMINGUES, 1999b, p. 5).

A noção de identidade do pós-graduando pode ser interpretada então como heterogênea e mostra-se contingente nas relações individuais e coletivas (DOMINGUES, 1996). O sistema social pode então ser mais ou menos centrado e com identidades mais ou menos definidas, já que "a subjetividade coletiva é algo fluido e encontra-se sob permanente pressão, interna e externa" (DOMINGUES, 1996, p. 186). Nessa direção, quando se procura estabelecer uma identidade específica os indivíduos são impelidos por avaliações que geram competitividade entre os próprios pós-graduandos. Tais identidades são impostas relações tipicamente mercantis.

No ambiente acadêmico a construção da identidade do discente está imbricada também com sua relação com os pares, uma vez que, a formação da identidade individual é decorrente das relações cotidianas, seja em sala de aula, nos trabalhos acadêmicos, nos grupos de pesquisas, nas relações com os orientadores e em outros momentos, uma vez que, nestes espaços há em certo sentido trocas materiais e afetivas (BISPO e HELAL, 2013). Assim,

O trabalho também é uma possibilidade de inserção social, devido ao encontro do trabalhador com muitos outros dentro do mesmo espaço ou fora dele, deixando de ser apenas uma atividade para ser também uma forma de relação social. Participar desse mundo social possibilita o aprimoramento da subjetividade, pois tornar visível o saber-fazer, a inteligência e a experiência de trabalhar é uma forma de obter o reconhecimento dos outros, receber o julgamento dos outros. Para deixar de ser invisível e ser reconhecido, o trabalhador precisa estar em cooperação com seus pares (LIMA *et al.*, 2013, p. 49).

Nesse sentido, as construções sociais do campo, mesmo as manifestações consideradas como individuais como um *paper*, um relato, uma aula, quando recriam os mesmos modelos do campo são mais facilmente validados e facilitam a construção de relações e a própria consolidação do campo (programa de pós-graduação) em relação a outros ou, quando mediado pela reflexividade também pode exercer o mesmo efeito, mas com riscos de aceitação, de perdas, críticas para o pós-graduando e para o programa. A opção pelo caminho mais seguro aos poucos transforma o trabalho da pós-graduação em uma prática 'adestrada' e amedrontada.

Considerando nossa análise a um desses sistemas sociais menores, mas ligados diretamente e indiretamente a outros tantos, consideramos que a identidade de nós, pós-graduandos, é formada dentro de um sistema (constituídos por regras, normas, relações de poder) e também pela ação do sujeito enquanto mestrando ou doutorando - sejam ações em prol desse sistema ou que buscam novas saídas através de elementos da criatividade social. Consequentemente, não nos esquecemos que,

É claro, indivíduos e sistemas sociais menores, mais estáveis ou efêmeros, decerto contribuem para a mudança e a reprodução históricas, seja por meio de desejos e

projetos explícitos, seja a partir de consequências não intencionais da ação e do movimento que indivíduos e coletividades produzem ao perseguirem suas metas, por vezes inclusive em oposição a elas (DOMINGUES, 2003, p. 475).

No caminho de Domingues (1999a) existe uma carga de memória social que o indivíduo carrega e constrói continuamente. Tal que a pós-graduação também vai influenciar na construção e reconstrução de nossas próprias identidades. Logo, constituímos redes de símbolos e ações que são interpretadas e reinterpretadas continuamente e isso, vai nos direcionar a questão da reflexividade e a construção de processos individuais e coletivos (DOMINGUES, 1999a). Buscamos mostrar, assim, que as relações e ações existentes nos programas de pós-graduação são constituintes das identidades dos sujeitos e que o modelo atual pautado em produtivismo acadêmico impacta e causa dialeticamente prazer e sofrimento, já que estrutura as regras de funcionamento do campo e, conseqüentemente, os critérios de sucesso ou fracasso nessa esfera com os quais os trabalhadores precisam aprender a lidar. Isso tudo é dialeticamente resultante dos vínculos objetivos e subjetivos que são criados com o programa.

Os vínculos subjetivos se relacionam com pertencimento, expectativas, possibilidade de realização, reconhecimento, dentre outros (FARIA e SCHMITT, 2007). No contexto específico da Administração, Bispo e Helal (2013), revelam que tais expectativas estão associadas ao sentimento de prazer pelos discentes na pós-graduação, além destes, os autores elencam a expectativa de melhoria das condições vida, como autonomia financeira e emancipação da família. No entanto, quando estas expectativas não são alcançadas, transformam-se em sofrimento para o discente, pois o mesmo se sente angustiado, ansioso, chegando até a duvidar de sua capacidade individual e, conseqüentemente, sua formação poderá ser afetada (BISPO e HELAL, 2013). No caso da pós-graduação um dos principais vínculos objetivos é a bolsa de estudos e para muitos a possibilidade de perdê-la se constitui um fator de sofrimento. Aqui, novamente se observa que a subjetividade coletiva possui momentos individuais e momentos estruturais, e assim, as dinâmicas desse campo são fluidas e não determinísticas.

Não podemos esquecer que a escola Dejouriana é de suma importância para a compreensão da carga psíquica sobre o trabalho na pós-graduação. Pela concepção de Dejours (2004) é possível compreender que o trabalhador não se configura como um organismo mecânico, ele possui uma história pessoal marcada pelas suas aspirações, desejos, motivações, necessidades psicológicas que constituem toda sua história. O trabalhador, assim em razão da sua construção histórica, “dispõe de vias de descarga preferenciais que não são as mesmas para todos e que participam da formação daquilo que denominamos estrutura da personalidade” (DEJOURS, ABDOUCHELI e JAYET, 1994, p. 24).

O trabalho do ponto de vista humano está relacionado à percepção que o indivíduo tem sob o ambiente que o circunscreve. Em outras palavras na concepção de Dejours (2004, p. 34) “se o trabalho pode gerar o pior, como hoje, no mundo humano, ele pode, também, gerar o melhor. Isto depende de nós e de nossa capacidade de pensar as relações entre subjetividade, trabalho e ação”. Nesse sentido, “a psicodinâmica do trabalho leva em consideração que o trabalho não é redutível a uma atividade de produção no mundo objetivo, mas uma possibilidade de transformar a si mesmo, ocasião em que a subjetividade é sempre testada, pois trabalhar também é viver junto” (LIMA *et al.*, 2013, p. 49).

Oleto, Melo e Lopes (2013) revelam que os aspectos relacionados aos sentimentos de prazer e sofrimento no trabalho, aqui o visualizamos tanto em nível organizacional e acadêmico, estão imbricados a um conglomerado de fatores que irá depender da subjetividade dos sujeitos, que ora pode encontrar alternativas estratégicas de saídas do sofrimento. Não as encontrando, o sofrimento transforma-se numa patologia para o trabalhador/estudante de pós-graduação. No estudo conduzido pelos pesquisadores a respeito das relações entre formação

de pesquisadores e sofrimento psíquico, evidenciou-se sofrimentos como: angústia, estresse, preocupação, ansiedade, tensão decorrentes da relação acadêmica, como condução do projeto de pesquisa, o processo de comunicação dos trabalhos, a construção do conhecimento de forma independente, bem como os problemas institucionais. Já como prazer, foram evidenciadas questões relacionadas a reconhecimento, flexibilização, desafios e poder (OLETO, MELO e LOPES, 2013).

Assim, para compreendermos as questões relacionadas ao sofrimento e ao prazer na pós-graduação em Administração, não podemos nos desvencilhar, ou melhor, não podemos esquecer-nos das relações e das condições de trabalho, das regras de fomento, das colaborações estabelecidas, da posição do programa de pós-graduação no campo, do nível de reconhecimento e do *estilo científico* do orientador; bem como, do produtivismo atual que impacta em todas estas dimensões. Tais fatores impactam diretamente o processo de formação do discente e demandam reflexões ininterruptas (LOUZADA e SILVA FILHO, 2005).

Além disso, entre o discente e o programa, como também as demais estruturas vão sempre existir rupturas e permanências. Isso porque "a vida social não é estática; mas não é completamente fluida: o grau de estruturação dos sistemas sociais é relativo, podendo chegar a reificações tenazes, e o mesmo pode ser dito de processos que podem engatilhar mudanças nessas mesmas estruturas" (DOMINGUES, 1999b, p. 11).

Muitos de nós alcançam prazer e realização com a publicação de um artigo e isso traz reconhecimento por seus pares e pela estrutura acadêmica, mas isso não basta. A subjetividade capitalista e acadêmica (há risco de pleonasma aqui!), se devidamente incorporada pelo trabalhador (pós-graduando), vai criar ao mesmo tempo um conflito interno nesse sujeito que em lugar de comemorar um resultado positivo já pensa na longa e tortuosa jornada para novas publicações em reduzido número de periódicos (altamente qualificados) e num curto espaço de tempo. Ou seja, o prazer torna-se sofrimento no ciclo vicioso do produtivismo acadêmico. Essa relação leva muitos mestrandos e doutorandos a se desencantarem com a pesquisa acadêmica. O abandono para alguns pode ser uma saída diante de oportunidade de *trabalho* no 'mercado'. Outros, pela sua construção social e material, relações econômicas, sociais e do próprio *ego* e identidade, não podem simplesmente abandonar (existem laços materiais e simbólicos que o prendem a esse sistema). Além disso, a desistência pode representar em uma sociedade de responsabilização do indivíduo (enclave de uma ideologia liberal) um fracasso e a culpa pela incapacidade.

A miúdo, no entanto, existem nesse processo dinâmicas diferenciadas construídas a partir da subjetividade coletiva, das memórias individuais e que eventualmente, se manifestam em processos de criatividade social na medida em que refletem sobre a estruturas e ações e criam espaços de reflexão, de resistência e de prazer. Isso acontece em grupos de estudo, parcerias de trabalho, produções refletidas e longamente debatidas, na interação com graduandos numa aula esporádica, na descoberta nos argumentos de um autor, projetos construídos 'em fogo brando', que atendem aos sujeitos sem ferir totalmente as regras do jogo. Assim, não cabe apenas criticar a tirania da estrutura.

Nesse sentido, Mattos (2008; 2012) nos alerta para a polarização e censura do sistema de avaliação atribuindo a ele a culpa pelo produtivismo. Para o autor com ou sem CAPES o produtivismo faz parte da atual realidade acadêmica (MATTOS, 2012; PATRUS, DANTAS e SHIGAKI, 2013).

O foco aos "pés" obriga a dizer, de início, a quem se supõe que pertençam, ou seja, que significado para "produtivismo" se adota. A crítica que inicialmente bem correspondia ao "ismo" pode estar passando. Prosseguem consequências terríveis em nível individual, como a confusão entre carreira e currículo (vítima da chamada "obesidade curricular") e a absorção pessoal desmesurada ("produzir é preciso,

viver, se sobrar tempo"), mas o problema hoje tem novas proporções e está aí, com CAPES ou sem CAPES (MATTOS, 2012, p. 566).

Para o autor, deve-se ser cauteloso, afinal, "produtivismo torna-se a expansão da má produção acadêmica, porque a boa, quanto mais, melhor" (MATTOS, 2012, p. 566). Nessa direção, o próprio Alcadipani (2011b, p. 1177) adverte:

[...] fugir do discurso fácil de que a Capes é o demônio. Deveríamos nos recusar a produzir artigos somente pela produção. A Capes exige-nos apenas 50 pontos por ano, não mais que isso. Mas o fato de a Capes não ser o demônio está longe de significar que a sua forma de avaliar é correta. O sistema está falido, caduco e precisa ser reformulado para valorizar a boa formação dos alunos e a produção acadêmica de qualidade.

Na perspectiva, aqui adotada é reducionista "vitimizar os pesquisadores ou demonizar as agências de fomento à pesquisa" (VIZEU, GRAEML e MACADAR, 2012, p. 11). Mesmo assim, consideramos que as instituições de fomento e avaliação possuem seu peso na propagação e institucionalização do produtivismo. As metas de produtividade científica, junto a outras metas relacionadas ao ensino, pesquisas e atividades burocráticas na instituição de ensino - que não devem ser esquecidas e fazem parte efetivamente do trabalho da pós-graduação em administração - acaba por se tornar de difícil alcance.

Adiante, as propostas de mudanças são diversas, no entanto, o produtivismo faz parte de uma lógica maior que se configura pelo sistema de pós-graduação presente tanto no âmbito nacional quanto internacional (MAGRO, SECCHI e LAUS, 2013). E, tal imposição tende de certa forma, a aumentar ainda mais o sofrimento, pois, os discentes sentem-se receosos em não atender às expectativas individuais, dos professores e dos programas. Dessa forma, "a construção de propostas de ação mais democráticas certamente esbarra, assim como nós, em mecanismos de poder e dominação que são fortes no âmbito acadêmico, mas cujos efeitos vão além das fronteiras desse campo" (MAFRA *et al.*, 2012, p. 62).

Destarte, o ambiente de trabalho e suas relações proporcionam a construção de uma identidade coletiva por processos de identificação conscientes (ou não) e subjetividades coletivas. Na realidade, "a própria construção da identidade coletiva passa por processos de 'identificação', que se tecem nos processos interativos, os quais, entretanto não são homogêneos e isentos de inconsistências internas [...]" (DOMINGUES, 1999a, p. 63).

Ao abandonarmos uma visão dicotômica caminhamos na direção de novas formas de viver e sobreviver à pós-graduação. Para Domingues (1999a, p. 64) é "transformando criativamente a interpretação do presente e do passado, a reflexividade pode propor novos horizontes para o futuro". De tal forma, o aprendizado se torna coletivo e individual e se articulam por meio de subjetividades coletivas. Assim, é essa criatividade social que nos faz pensar novos processos de inovação coletivos (DOMINGUES, 1999a). Esses processos criativos e imaginários formados por teias de interpretação coletiva e individual permitem a nós atribuir ao futuro um sentido de indeterminação e com isso nos possibilita escrever, teorizar e agir tendo em vista que a mudança, novas configurações e estruturas são possíveis. Os ambientes criados e os grupos de trabalho nos proporcionam essa resistência - uma resistência coletiva. Esses grupos não propriamente os de pesquisa, e sim, grupos informais, amizades, conversas e relacionamentos virtuais (e outros vínculos) que extrapolam o ambiente acadêmico. Mesmo que muitas vezes, isso seja inviabilizado pelos mecanismos que alimentam um processo de competição entre os pesquisadores como também entre os alunos (PATRUS, DANTAS e SHIGAKI, 2013).

Entretanto, nos resta questionar: Mas como fazer isso sem o reconhecimento e autorreconhecimento (já que a subjetividade social também se relaciona com a individual)

desse trabalho? Como despende maior energia em processos de mudança quando ele vai 'contra a corrente' do que se demanda do trabalho na pós-graduação?

4 À guisa de uma autorreflexão final

Começamos este artigo discutindo que o atual trabalho acadêmico se aproxima de um trabalho proletariado nos moldes taylorista-fordista. Apresentamos uma tentativa de compreensão não polarizada das relações de trabalho dos pós-graduandos em Administração. Nesse sentido, caminhamos para o final deste trabalho como sujeitos que observam o próprio campo e as dinâmicas onde estamos inseridos. Neste sentido partimos para a construção deste trabalho da realidade cotidiana para busca de uma teorização das relações observadas – *todo conhecimento é autoconhecimento* (SANTOS, 2010). Ao buscarmos de forma ecumênica compreender um fenômeno com autores da sociologia, da psicologia e dos estudos organizacionais esperávamos romper com as discussões que se pautam exclusivamente nos problemas psicológicos bem como as que abordam unicamente a questão da estrutura acadêmica dos sistemas de pós-graduação. Assim, procuramos uma conexão entre o produtivismo acadêmico e o modelo de trabalho capitalista, mostrando que a visão do ambiente da pós-graduação como um local de *não trabalho* não é coerente com a realidade atual.

Ao constatar que a Administração é um campo marcado pelo pluralismo de teorias, ontologias e metodologias o estudante de pós-graduação pode passar a compreender o trabalho acadêmico como não mecânico. A partir do momento em que ele reflete sobre sua prática e age (ou busca agir) ciente das relações e pressões impostas por uma estrutura, tanto quanto da sua própria ação individual e principalmente coletiva, ele pode se tornar capaz de uma *indocilidade refletida* (em alusão à Foucault).

Através da ressignificação do ambiente em que estamos inseridos poderemos desenvolver estratégias de resistência que não sejam apenas individuais. Assim, referimo-nos as conversas, debates, risos, nos grupos de pesquisa informais, nos cafés, nas amizades, nos fins de semana, nas conversas frequentes nas redes sociais, nas piadas e ironias coletivas e em outros tantos momentos é que construímos subjetividades, e outras memórias que nos ajudam na realização do trabalho e também na prática como sujeitos. Essas estratégias, por sua vez, passam a compor ilustrações do imaginário coletivo ou mesmo subjetividade social que caracteriza o trabalho na pós-graduação. Nessas experiências que se formam com teoria, prática e *práxis* somos constantemente tocados. Nessas relações podemos criar novas formas de trabalho e buscar resistir as existentes com estratégias que ajudam a superar as pressões e as demandas na tentativa de manter o equilíbrio emocional e psíquico. Mas isso não é regra. E, mesmo compondo o campo, tais estratégias não têm até então contribuído para mudar o próprio campo (estratégias de defesa). Contraditoriamente, a prática reflexiva que teoricamente caracteriza a pós-graduação e que seria uma alternativa para enfrentar os problemas produzidos também por e nesse campo não tem tido a possibilidade de florescer.

Esperamos ter levantado novos debates sobre os desafios da formação do pós-graduando no âmbito dos cursos *stricto sensu* em Administração e críticas ao modelo atual pautada na produtividade acadêmica. De forma ampla, lembramo-nos das palavras de Rubem Alves ao refletir sobre as variações do prazer e sobre a educação (ALVES, 2011). Para o autor é preciso que a educação seja vista como algo erótico para se tornar uma fonte de prazeres. Neste sentido, refletimos sobre a prática de pesquisa em administração como algo ligado ao sujeito marcado por suas aspirações, desejos, motivações e à subjetividade coletiva e as estruturas. Talvez, precisamos de mais vínculos, mais efetividade, mais Eros (PAES DE PAULA, 2013).

Portanto, ao conceber a possibilidade de uma prática de pesquisa (e demais atividades da pós-graduação) prazerosa, talvez, passemos a caminhar na contramão do produtivismo

acadêmico e na busca por uma construção do conhecimento que seja reflexiva. Concomitantemente, este trabalho se insere também em um espaço de debates sobre a prática de pesquisa em administração. O significado de prática, neste trabalho não remete somente à ação, mas sim a possibilidade de estabelecer a reflexividade (enquanto possibilidade de saída pela *práxis*). Por iguais razões, propomos uma reflexão que também é, além de tudo, autorreflexão realizada por aqueles cujas mãos, memórias, criatividade, subjetividades, sofrimentos e prazeres construíram o presente ensaio.

Diante do quadro proposto, o caminho é, por consequência, desafiador e as tentativas criativas e coletivas de escapar da proletarização acadêmica são, por hora, limitadas. Não obstante, é com alguma esperança que indicamos com Domingues (1999a, p. 241) que "um pouco de utopia não faz mal a nosso mundo tão desencantado e feio, especialmente se conectada a proposições práticas, que visem largas transformações, mas que sejam fraseadas como estratégias de alcance médio".

Referências bibliográficas

- AKTOUF, O. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica**: a síndrome do avestruz. São Paulo: Editora Atlas, 2004.
- ALCADIPANI, R. A Academia e a Fábrica de Sardinhas. **Organizações & Sociedade**, v. 18, pp. 345-348, 2011a.
- ALCADIPANI, R. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação Acadêmica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, p. 1174-1178, 2011b.
- ALVES, R. **Variações sobre o prazer**. 7. ed. São Paulo: Editora Planeta, 2011.
- ANTUNES, R. (Org.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. v. 1.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho** – ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. reimp. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.
- APPAY, B.; THÉBAUD-MONY, A. Precarização Social. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, pp. 193-198.
- BERTERO, C. O. Réplica 2 - o que é um ensaio teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneghetti. **Revista de Administração Contemporânea**, v.15, n. 2, pp. 338-342, 2011.
- BISPO, A. C. K. A.; HELAL, D. H. A Dialética do prazer e sofrimento de acadêmicos: um estudo com mestrandos em Administração. In: IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho – EnGPR, Brasília, **Anais...EnGPR 2013**, pp. 1-16.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- CARDOSO, L. A. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. **Tempo soc.**, v. 23, n.2, 2011, pp. 265-295.
- DEJOURS, C. **Subjetividade, trabalho e ação**. Produção, São Paulo, v. 14, n. 3, dez. 2004.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DOMINGUES, J. M. A subjetividade coletiva e a coordenação da economia. **Lua Nova**, n. 38, 1996, pp. 175-197.

DOMINGUES, J. M. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999a.

DOMINGUES, J. M. Sociologia da cultura, memória e criatividade social. **Dados**, v. 42, n. 2, p. 1-18, 1999b.

DOMINGUES, J. M. Vida cotidiana, história e movimentos sociais. **Dados**, v. 46, n.3, pp. 461-490, 2003.

FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K. (Sem) saber e (com) poder nos estudos organizacionais. **Cad. EBAPE.BR**, v. 8, n. 1, pp. 38-52, 2010.

FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K. O sequestro da subjetividade e as novas formas de controle psicológico no trabalho. In: FARIA, J. H. (org.). **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, pp. 45-67, 2007.

FARIA, J. H.; SCHMITT, E. C. Indivíduo, vínculo e subjetividade. In: FARIA, J. H. (Org.). **Análise Crítica das Teorias e Práticas Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007, v. 1, p. 23-44.

GODOI, C. K; XAVIER, W. G. O produtivismo e suas anomalias. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 2, p. 456-465, 2012.

GRISCI, C. L. I. Trabalho imaterial, controle rizomático e subjetividade no novo paradigma tecnológico. **Revista de Administração Eletrônica**, v.7, n.1, pp. 1-23, 2008.

LIMA, M. P.; TAVARES, N. V.; BRITO, M. J.; CAPPELLE, M. C. A. O sentido do trabalho para pessoas com deficiência. **Revista de Administração da Mackenzie**, v. 14, n. 2, abr. 2013.

LOUZADA, R. C. R.; SILVA FILHO, J. F. Formação do pesquisador e sofrimento mental: um estudo de caso. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 3, p. 451-461, 2005.

MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. (Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. **Revista de Administração de Empresas**, v.51, n.3, pp. 244-254, 2011.

MAFRA, F. L. N.; CAPPELLE, M. C. A.; MENDONÇA, M. C. A.; OLIVEIRA, M. L. S.; PAULA, M. G. Ensino-aprendizagem numa perspectiva crítica: relatos de uma experiência. **Revista de Administração Mackenzie**, v.13, n.1, pp. 40-67, 2012.

MAGRO, D.; SECCHI, L.; LAUS, S. A Nova Gestão Pública e o Produtivismo Imposto pela CAPES: Implicações na Produção de Conhecimento Científico nas Universidades. In: XXXVII EnANPAD 2013, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...XXXVII EnANPAD 2013**, 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. v. 1, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATTOS, P. L. C. L. Nós e os índices – a propósito da pressão institucional por publicação. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 2, p. 144-149, p. 2008.

MATTOS, P. L. C. L. Pés de barro do texto "produtivista" na academia. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 5, 566-573, 2012.

MÉIS, L.; VELLOSO, A.; LANNES, D.; CARMO, M. S.; MEIS, C. The growing competition in Brazilian science: rites of passage, stress and burnout. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, v. 36, n. 9, pp. 1135-41, 2003.

- MENEGHETTI, F. K. O que é um Ensaio-Teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, p. 320-332, 2011a.
- MENEGHETTI, F. K. Tréplica - O que é um Ensaio-Teórico? Tréplica à Professora Kazue Saito Monteiro de Barros e ao Professor Carlos Osmar Bertero. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, pp. 343-348, 2011b.
- OLETO, A. F.; MELO, M. C. O. L.; LOPES, L. M. Análise bibliométrica da produção sobre prazer e sofrimento no trabalho nos encontros da associação nacional de pós-graduação em administração (2000-2010). **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, n. 1, pp. 60-73, 2013.
- PAES DE PAULA, A. P. Crítica, afetividade e criação de sentidos nos estudos organizacionais. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 13, p. 39-43, 2013.
- PATRUS, R.; DANTAS, D. C.; SHIGAKI, H. B. Produtivismo e solidariedade acadêmica: dois lados da mesma moeda?. In: IV EnEPQ (ANPAD), 2013, Brasília. **Anais... IV EnEPQ (ANPAD)**, 2013.
- RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceitualização da Riqueza das Nações. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1981.
- REED, M. Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, pp. 61-98, 1999.
- SALO, P.; HEIKKINEN, H. (2011). **Slow science**: an alternative to macdonaldization of the academic lifestyle. 2011. Disponível em: < <http://slowscience.fr/wp-content/uploads/2011/07/Slow-Science-English-2011.pdf>>. Acesso em: 11 de abr. de 2014.
- SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 16. ed. Porto: Afrontamento, 2010.
- SILVA, J. P. Sobre a teoria da subjetividade coletiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 45, p. 170-172, 2001.
- TREIN, E.; RODRIGUES, J. O mal-estar na Academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, pp. 769-792, set./dez. 2011.
- VIZEU, F.; GRAEML, A. R.; MACADAR, M. A. Produtivismo acadêmico a partir de uma perspectiva Habermasiana. In: XXXVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Enanpad), 2012, Rio de Janeiro. **Anais do XXXVI EnANPAD**, 2012.
- WEBER, L.; GRISCI, C. L. I. Trabalho imaterial bancário, lazer e a vivência de dilemas pessoais contemporâneos. **Revista de administração contemporânea**, v. 15, n. 5, out. 2011.